



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2013

Audiência pública para obter subsídios para aperfeiçoar o termo de referência destinado à contratação, mediante procedimento licitatório, de serviços técnicos especializados de implantação, operacionalização, gerenciamento, treinamento e manutenção de uma solução integrada de telemática para a prestação de serviços de comunicação de dados, acesso à internet, gerenciamento da infraestrutura de tic, servicedesk e infraestrutura física de cabeamento e ativos das unidades do governo do estado do maranhão e outros poderes, formando a chamada unirema multidigital. Aos vinte e cinco dias do mês de julho de dois mil e treze, no auditório da Seplan - SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, situado na Av. Jerônimo de Albuquerque s/n Ed. Clodomir Millet Calhau nesta capital, às 14:00 horas, foi realizada Audiência Pública nº01/2013. A ata estará disponível no site www.seplan.ma.gov.br e também no processo. **OBJETIVO:** obter subsídios com vistas de aperfeiçoar o Termo de Referência destinado a contratação, mediante o processo licitatório, de serviços técnicos especializados de implantação , operacionalização , gerenciamento , treinamento e manutenção de uma solução integrada de telemática , para prestação de serviços de comunicação de dados, acesso à Internet , gerenciamento de estrutura de TIC , Servicedesk e infraestrutura física de cabeamento e ativos das unidades de Governo do Estado do Maranhão e outros Poderes , formando a chamada UNIREMA. **PAUTA:** a) Registro de presença e identificação dos participantes; b) Formação da Mesa Diretora e abertura da Audiência pelo Subsecretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Doutor Almir Coêlho; c) Apresentação das especificações técnicas da UniRema e do Termo de Referência, feita respectivamente pelos gestores Fabrício de Oliveira e Gleyber Basola Sousa. d) Apresentação de subsídios para aprimoramento do termo de Referência e pedidos de esclarecimento por escrito; e) Considerações finais e encerramento. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Subsecretário de Planejamento e Orçamento - Doutor. Almir Coelho Sobrinho – Presidente da Audiência; Doutor Eduardo Moura Sekeff - Chefe da Assessoria Jurídica da Seplan em exercício; Senhor. Cláudio Fernandes - Secretário Adjunto de Tecnologia e Informação; Senhor. Francisco de Salles Baptista Ferreira - Presidente da Comissão Central Permanente de Licitação do Estado do Maranhão - CCL. **APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES E REPRESENTANTES:** Fabrício Lobão de Oliveira (Secretaria Adjunta da Tecnologia da Informação), Antônio Gleyber Basola Sousa (Secretaria Adjunta da Tecnologia da Informação), Andrea Telles de Araújo (Secretaria Adjunta da Tecnologia da Informação), Jorge Caracas (Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento), Doutora Ubalda Maria de Freitas

Miranda (Comissão Central Permanente de Licitação), Doutora Márcia Teresa Gomes Pereira (Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento), Maria Izabel Melo Salles (Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento), Carlos Aristides Mendes Borba (Comissão Central Permanente de Licitação), Marília Lobão Maciel (Comissão Setorial de Licitação), Ana Paula Nogueira (Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento), Ana Célia Costa Piorski (Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento), Christiane Bessa de Sousa (Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento), Francisco Chagas (Secretaria Adjunta da Tecnologia da Informação), Thiago Matos Camarão (Comissão Central Permanente de Licitação), Altamir Coelho Mendes (INTECHNE Tecnologia da Informação), Alexandre Novellino (VECTRA Consultoria e Serviços), Luiz Alberto Passos (VECTRA Consultoria e Serviços), Igor Vale (MODAL CONSULT), Cleyton da Costa Soares (Departamento Estadual de Trânsito), Clailson Cardoso Ribeiro (Escritório de Advocacia), César Roberto Carvalho (CR TECNOLOGIA), Henrique Oliveira (AURIGA Informática), José Aldisio Leite (AURIGA), Conceição Lopes (Empresa Brasileira de Telecomunicações), Antonio Carlos Filho (Secretaria de Estado de Educação), Daniel Vinicius Mota Cardoso (Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior), Ricardo Henrique B. Azoubel (Secretaria de Estado da Fazenda), Pedro Eduardo M. Lemos (Secretaria de Estado da Gestão e Previdência), George F. V. Nogueira (Comissão Central Permanente de Licitação), Fábio José de Castro e Lima (Secretaria Adjunta da Tecnologia da Informação), José Ribamar Torres (Secretaria de Tecnologia), Alice Vinhaes (Procuradoria Geral do Estado), Manoel Pedro S. Neto (Empresa Brasileira de Telecomunicações), João Oscar Viana Moreira (Secretaria de Estado de Segurança Pública), Robson Gama (Tribunal de Contas do Estado do Maranhão), Anselmo Lopes (Secretaria de Estado da Saúde), Bruno Manoel Sarmiento Paiva (Secretaria de Tecnologia), Pacífico Gomes (OI), José Joaquim Sampaio (OI).

DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS: Abrindo os trabalhos, **Doutor Almir Coêlho – Presidente da Mesa Diretora**, esclareceu aos interessados sobre os principais aspectos do serviço a ser licitado para se obter subsídios e contribuições adicionais, visando aprimorar o respectivo Termo de Referência. Ressaltou que a audiência é uma exigência legal imposta pela Lei 8666 (21.06.1993) que busca assim trazer maior transparência aos processos licitatórios. Apresentou os integrantes da Mesa Diretora e em seguida passou a palavra para o **Senhor Fabrício de Sousa – Gestor da SEATI**, que fez uma introdução sobre a UniRema, falando desde a criação em 1999 até a situação atual em que se encontra a rede. Explicou que a rede nasceu com o princípio de interligar órgãos governamentais e fomentar a infraestrutura da comunicação no estado. Em 1999 com a instalação das 18 gerências regionais, as ações foram levadas para o interior. Daí nasceu a Rema e a primeira instalação, o primeiro link dessa rede foi em Santa Inês, depois em 2003 teve necessidade de um novo processo licitatório e as questões judiciais levaram que o processo fosse assinado somente em 2006, nasceu então a UniRema, que é a Rede Unificada de Comunicação do Estado do Maranhão que é a atual. Ainda explicou que o grande diferencial dessas redes pode-se resumir nas tecnologias que vão se usar, os princípios são os mesmos: fomentar a infraestrutura do Estado, a tecnologia, de promover ao cidadão um serviço de qualidade. Atualmente a Rede já beneficia diretamente os cidadãos por meio de serviços oferecidos pelo Viva Cidadão, principal ponto de emissão de documentos, pelo Detran que também oferece soluções online para consultas de multas por

exemplo, o sistema SIGO da Secretaria de Segurança Pública, é uma importante ferramenta que permite o registro online de boletins de ocorrência, além do Sistema da Secretaria da Fazenda, que também oferece ao cidadão a emissão online de Notas Fiscais. Segundo ele, a proposta a partir desta nova licitação é estabelecer a UniRema Multidigital com serviços mais amplos e de maior qualidade no que tange à tecnologia, como por exemplo, soluções de segurança de rede (antivírus), monitoramento, soluções corporativas e departamentais, publicação de sites, registros de domínio, entre outros. Para tanto, melhorias contratuais são necessárias para a continuidade do trabalho oferecido pela Rede. Após, foi dada a palavra ao **Senhor Antônio Gleyber Sousa – Gestor da SEATI**, para falar sobre as Especificações Técnicas do Termo de Referência. Iniciou falando das melhorias contratuais que são necessárias para o contrato novo, já que o contrato antigo possui defasagens. Detalhou algumas mudanças que serão acrescentadas na nova prestação de serviços e que se encontram no Termo de Referência. Entre elas estão: links de internet redundante, que oferecem mais segurança em caso de interrupção dos serviços, multa por descumprimento de SLA, diminuição do tempo de reparo para 5 horas na capital e para 8 horas no interior, redução também dos prazos de ativação sendo 45 dias para capital e 75 dias para o interior, previsão de links provisórios e adequação da infraestrutura elétrica e lógica nas localidades. Sobre o TR, explicou que o lote I é lote de internet redundante. Já no segundo lote II, vai ter o link da internet principal, links terrestres e satélites, a parte do monitoramento e a parte de infraestrutura. Quem ganhar o lote I não vai poder participar do lote II, porque não adianta a internet da mesma operadora. No link de internet redundante a idéia seriam 2 circuitos de até 34MB. No lote 2, começa pelo serviço de internet, com circuitos de 100MB outro de 300mb e outro de 622MB. Hoje no circuito atual contemplam 2 circuitos de 100MB, o que vai preparar o sistema para iniciar com condições de atender a demanda atual. No lote II existe o serviço de links dedicados, que são circuitos para atender toda a demanda das secretarias (velocidade dos circuitos, quantidade, tipos, tudo está no termo de referência). Falou do Pop principal que é o backbone central da rede. Nele que vão ficar concentrados os equipamentos que ficarão na Secretaria Adjunta da Tecnologia da Informação, a gerência deve ser feita pela empresa de monitoramentos, os equipamentos serão compatíveis com as tecnologias, constantemente atualizados, tudo dentro do contrato. A banda contratada é de 1GB para dar conta da rede tanto na capital quanto no interior. Tem a questão link satélite, que algumas localidades já são atendidas por ele. Falou dos serviços de segurança, como solução antivírus transparente que fica por trás de toda a tecnologia da internet. O gerenciamento que necessita de especialista treinado. Na parte de gerência da infraestrutura ressaltou que existe um serviço de uma equipe trabalhando os 365 dias do ano para que funcione. Então dentro desse gerenciamento se prevê o gerenciamento de suíte para o próprio setor administrativo conseguir saber o problema em tempo real e ter uma visão geral para identificá-los. Sobre o monitoramento de todos os links será através da prestadora de serviço (quantidade, funcionalidade) com ferramentas específicas para isso. Ainda com a palavra explicou como funciona o service desk onde a gerência é proativa. Verifica-se onde o link caiu, liga para a Secretaria e comunica da queda e da previsão de retorno, caso isso não aconteça, a proatividade não funcione, o responsável do órgão liga para o 0800, a ligação vai para o service–desk que vai abrir um chamado com a operadora e verificar o prazo de retorno e vai dar o feedback pro usuário final

até solução do problema . Já são previstos avanços no papel atual de alguns serviços prestados pela SEATI, através do atendimento do service-desk, como serviços de senha de sistemas. Finalizou dizendo que o Governo do Estado está preparando uma rede própria agente sabe que tem um investimento para preparara essa rede. Quando esta rede própria estiver pronta vai ter que se conectar com backbone e a gerência. Em seguida, o Presidente da Mesa solicitou que as propostas de melhoramento do Termo de Referência fossem escritas pelos participantes e entregues à mesa para leitura posterior. Enquanto os participantes escreviam, **o Doutor Francisco de Salles Baptista – Presidente da Comissão Central de Licitação** fez uso da palavra. Disse que assim que o Termo de Referência for elaborado e o processo encaminhado à CCL, se dará início à execução da licitação. Pediu licença para se ausentar informando que sua presença não será necessária nessa parte de discussão técnica. Explicou que o grande problema são os projetos básicos além dos processos que inclui a licitação. Se for feito um bom Termo de Referência não existirá problemas na licitação. Ao final de sua fala, pediu aos interessados dessem suas sugestões porque certamente a comissão técnica que já está formada vai analisar as contribuições e as que forem interessantes deverão ser aceitas para que o Termo de Referência atenda os princípios Constitucionais da Moralidade , Isonomia e da Legalidade. Ao se ausentar da Mesa, foi substituído pela Doutora Ubalda de Freitas – Assessora Especial da Comissão Central Permanente de Licitação. Em seguida, os participantes fizeram a leitura de suas contribuições. **CONTRIBUIÇÕES: CLAILSON CARDOSO RIBEIRO (Escritório de Advocacia):** Ao ler o Termo de Referência observei que havia previsão de relatórios de gerenciamento para a realização de fiscalização do contrato, pelo que entendi os relatórios serão gerados pelo próprio prestador do serviço que servirão de base para que a gestora do contrato possa aplicar as sanções. Eu pergunto quem é que vai fiscalizar essa geração de relatórios? Considerando que os objetos contidos no Lote II, apesar de estarem interligados, eles poderiam ser fracionados para poder receber uma proposta de preço com os serviços separados, será que isso não representaria uma redução de custos para a administração? Não seria salutar, considerando que a empresa vai se auto fiscalizar, esse lote não poderia ser fracionado? Pelo menos para que uma outra empresa exerça a fiscalização da prestadora do serviço, porque senão é fácil imaginar que a empresa vai se auto punir colocando precisamente todos os pontos e tempos para que possa gerar multa contra si mesma e ter a redução da sua própria fatura. **JOÃO OSCAR VIANA NOGUEIRA (Secretaria de Estado de Segurança Pública):** O governo do estado fez um grande investimento através da SSP/MA para implantação do cinturão de fibra digital, que é de conhecimento de todos. Para que fosse possível fazer o videomonitoramento foi lançado mais de cem quilômetros em fibra na cidade de São Luís e nesse projeto aqui eu não vi nenhuma forma de aproveitamento disso. Nós já tivemos a visita de algumas secretarias interessadas em fazer parte desse cinturão digital, e minha pergunta é se ainda temos tempo de colocar no Termo de Referência o que é preciso para que isso seja disponibilizado para as outras secretarias. A Secretaria de Estado de Segurança Pública não pode assumir essa função que não é dela, ela vai tratar segurança pública, então, foi disponibilizada pelo secretário, a possibilidade dessa rede ser utilizada por todas as secretarias, mas pra isso precisa ter a aquisição dos ativos, manutenção dessa rede, que ficaria disponibilizada para todas as secretarias do estado. Ainda está em tempo planejar a utilização dessa rede que é hoje do estado mas que está a

serviço da Secretaria de Estado de Segurança Pública? A segunda questão é a possibilidade da locação de infraestrutura de monitoramento, uma secretaria que ela tem aí 10, 8 links, talvez seja mais econômico para o estado colocar isso na Secretaria Adjunta da Tecnologia da Informação, porque não justifica... Hoje a Secretaria de Estado de Segurança Pública tem mais de 130 links, não sei a realidade das outras secretarias. Trabalhamos com uma atividade que tem uma série de particularidades, então o controle do acesso à internet fica de forma generalizada quando está aqui. A proposta é, se temos aí padrões técnicos para acesso a internet, que seja possibilitada também a locação desses núcleos de atendimento dentro de secretaria de grande porte, falo pela Secretaria de Estado de Segurança Pública, para que tenhamos uma configuração mais adequada para nossa necessidade além do tempo de resposta diminuído, pois hoje os links demoram muito tempo para serem reparados e perdemos muito tempo. Seriam essas minhas duas sugestões: adesão como secretaria a essas estruturas que estão no Termo, mas que isso pudesse ser alocado de forma secundária nas secretarias que tivesse interesse. **ALEXANDRE DE ALBUQUERQUE (VECTRA Consultoria e Serviços):** Antes de mais nada gostaria de parabenizar a Secretaria Adjunta da Tecnologia da Informação e o Governo por optar por um caminho semelhante a um projeto que a gente tem em Pernambuco que é uma integração total de todos os serviços e minhas sugestões passam um pouco por isso, diferentemente como algumas pessoas pensam essa separação nem sempre é tão saudável e não reduz preço. No caso de Pernambuco a redução em cima de royalties foi de quase 40% do que ele pagava, e essa redução bancou toda a infraestrutura de dados a serem expandidos, então aponta para uma redução na verdade. Minha primeira sugestão é incluir um serviço de voz sobre ip, que agrega um valor ao projeto, com redução de custo, a exemplo do projeto de Pernambuco Digital que é conectado. Claro que isso realmente gera uma redução quando você começa a operar usando a rede de dados para trafegar. Ampliar o serviço de segurança integrando uma solução de falha e antispam, facilitando a correlação de eventos de segurança, eu senti falta disso no projeto, pois é muito complicado você ficar gerenciando segurança em plataformas distintas, quem for da área sabe que isso é complexo. É possível que haja uma integração para correlacionar os eventos de segurança. Um terceiro seria um serviço de wi-fi externo para atendimento a locais turísticos e de interesse público, isso seria uma forma muito rápida de você conseguir atender a pontos turísticos com estrutura de wi-fi com saída de internet para o próprio projeto. Flexibilizar as multas e os acordos dos níveis de serviço, nós consideramos um SLA muito agressivo, pelo pouco que eu vi e que conheço da infraestrutura do estado pode ser que seja complexo atender. O objetivo da Secretaria Adjunta da Tecnologia da Informação e do Governo não é multar e sim conseguir ter o serviço, mas se tiver de ser nós vamos nos preparar para isso. **PACÍFICO GOMES (OI):** Sugiro a flexibilização da SLA na questão de manutenção do governo do estado, pois nós sabemos que pra se chegar em determinadas localidades dentro do estado do Maranhão é uma questão muito sofrível, e o termo de referência se refere a tempos muito curtos, automaticamente as operadoras irão pagar multas constantemente. Espero uma atenção especial neste caso. **RICARDO AZOUBEL (Secretaria de Estado da Fazenda):** Eu queria discutir a possibilidade de propor links alternativos da mesma forma que está sendo proposta pra internet, nossa rede é crítica principalmente nos postos fiscais. A sugestão é que os links também tenham redundância em caso de falha, mesmo havendo a SLA bem mais

rígida que a atual, mas que o que se vê é que vai para a flexibilização. A segunda sugestão é aplicar telefonia em ip, pois não é compartilhada igual ao restante da rede, queremos ampliar esse serviço para o restante da rede e incluir no termo de referência.

ALTAMIR COÊLHO MENDES (INTECHNE Tecnologia da Informação): O item 1.4 da linha B do termo de referencia, solicitamos a separação desse lote por entendermos que as atividades e o objeto tem natureza divisíveis. E existem parcelas de naturezas específicas que podem ser executadas por empresas especializadas. O outro questionamento, nós identificamos a falta de quantidade de pontos de atendimento na central de relacionamento, lá não cita a quantidade de pontos de atendimento. Para cada um, é cotado equipamentos para atender os pontos (computadores etc), portanto precisamos de números para fazer uma proposta equivalente. O outro ponto que identificamos é que a planilha de formação de preço nós entendemos que ela está desalinhada com relação às possíveis adesões. No novo regimento existe regulamento de preço no país que limitou a quantidade das adesões Com relação de não ultrapassar 5 vezes o total registrado. Então aquele total que está ali se os 45 órgãos foram aderir 100% de um item daquele, não vai conseguir atender a demanda, é só uma questão de corrigir para não interferir no valor estimado. E já que o termo não prevê os locais nem a quantidade demandada fiquei com uma duvida de como se chegou ao valor sem o detalhamento.

MANOEL PEDRO DA SILVA NETO (Empresa Brasileira de Telecomunicações): Temos grandes interesses para contribuir com essa rede, mas do jeito que está formatada a licitação, não podemos participar. Aqui tem uma rede de dados em que ela é construída para o estado, se conhecemos o Maranhão com poucos municípios acima de 100 mil habitantes dos quais eles não estão empregados no plano de banda larga do Governo Federal. Para atender a UniRema do jeito que está o estado é preciso fazer grandes investimentos para honrar com os compromissos. Nossa empresa reconhece que o decreto da governado que estipula o registro de preços está correto para quantitativo não para alteração do objeto. Para fazer uma rede dessa com grandes investimentos, precisa especificar como vai ser o objeto, quantitativo é uma coisa, objeto é outra, não pode existir dúvidas. Pelo que se vê aqui, a rede da comunicação existe a rede de gerencia, e uma coisa não tem nada a ver com a outra. Para minha surpresa a rede tinha gerencia de lan e hoje diz que não se tem, tinha segurança hoje não tem, então não sei nesse tempo o que mudou. Mas tudo isso tinha lá atrás. Do resto a gente está aqui para contribuir e colaborar, hoje sabe-se que a tecnologia evoluiu, as conectividades são muito mais demandadas por velocidade de banda, e a gente não tem como no registro de preço se comprometer para se comprometer para entregar por exemplo 34 megas em São Luís do Maranhão quando há uma demanda imprevisível do estado do Maranhão. Falou-se aqui do projeto de Pernambuco, ele não é bem o que está aqui, o PE fez um projeto de conectividade em todo o Estado e não foi registro de preço. Nós sabemos que quando se constrói uma rede com suporte para demandas futuras, há um apagão, basta ver o que está acontecendo com as telefonias de celulares, elas tem uma construção de investimento limitada, quando começo a colocar demanda superior ao que ela suporta, vai dar o apagão, e isso se traduz que eu não posso aumentar porque minha proposta não vai ser mais vantajosa porque não previ o investimento, aí eu vou chegar ao estado e dizer que meu contrato não poderá ser feito por isso e aquilo... além do mais, sabemos que uma rede dessa não pode ficar sendo feito todo ano um registro de preço, ela está com 48 meses e eu não sei se as cláusulas do

contrato tem reajuste ou não, o critério de julgamento disso, como vai se dá, e com a não previsão de preço para entregarmos um serviço que vai demandar daqui a 48 meses, é colocar em risco a credibilidade da nossa empresa, e isso não for mudado, não podemos participar. Só existem duas operadoras que tem condições de oferecer o serviço de conectividade e aí quem conhece o Maranhão sabe que para as novas tecnologias nenhuma das duas empresas está preparada sem fazer investimentos. Como fazer isso no modelo em que está? Esse Termo de Referência, já se passaram vários anos para especificá-lo, a nossa área de projetos nunca conseguiu definir os valores sem um grande investimento de backbones no estado do Maranhão. Existem vários modelos de se fazer isso, se o Maranhão não tem condições de fazer um investimento só, como fazer para integrar sem mudar o Termo de Referência fazer um projeto básico disso, com demanda e planejamento não tem como. Sugiro fazer uma licitação de outro modelo qualquer para atingir todo o estado, com wi-fi, aproveitando o sistema da secretaria de segurança. Eu vim aqui achando que era só uma audiência pública, mas estão se discutindo os problemas internos do Estado, isso é bom para que a gente conheça como está a situação. Como o estado está a ferramenta de colaboração, datacenter? Tem muita coisa a ser feita e no modelo que esta, nossa empresa não tem condição de fazer estrutura física de energia, teria que fazer consórcio ou contratar. E isso degrada nossa proposta, somos prestadores de serviço, não vendemos equipamento, não fazemos infraestrutura. A meu ver o Estado do jeito que está bolado ele é praticamente uma operadora, então acho que temos que deixar links de dados, supervisão de WAN com a operadora. Gerência de rede, gerência de aplicação, para a gerência de referência do estado. Essa gerência fiscaliza a conectividade para poder aplicar as multas e penalidades previstas no contrato. Nós somos fiscalizados por órgãos reguladores, pela Anatel, se não cumprimos a SLA prometida no nosso contrato a Anatel nos multa. Então quero agradecer, e se não tiver como fazer isso não temos como participar. É um risco muito grande assinar esse contrato, pois rede de dados não é um produto definido, é construído. As redes são diferentes, a segurança é diferente da educação, pois requerem necessidades diferentes. Como vai fazer um registro de preço igual para todo mundo? Vale ressaltar que todos os que fizeram as contribuições acima foram unânimes em elogiar a iniciativa da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento de promover a Audiência Pública. Ao término das contribuições, o **Doutor Almir Coêlho - Presidente da Mesa Diretora** fez a leitura do Termo da Audiência Pública e informou que qualquer outra contribuição que chegasse até as 19:00 horas, horário oficial de encerramento da audiência, seria feito um termo aditivo para constar na ata. Ressaltou ainda que todas as contribuições apresentadas serão analisadas por uma Comissão a ser formada e que dará início aos trabalhos de análise logo no dia seguinte da Audiência além de afirmar que todos terão suas propostas e dúvidas esclarecidas. A Mesa Diretora e os demais participantes da Audiência Pública permaneceram até as 19:00 horas, horário em que o Presidente deu por encerrada a Audiência, conforme publicação constante do aviso divulgado na imprensa, e convocou para o dia vinte e seis de julho de 2013, às 14:30 horas uma reunião com os técnicos da Secretaria Adjunta da Tecnologia da Informação, pessoal da Unidade Gestora de Atividade-Meio, Comissão de Licitação, tanto a Comissão Central Permanente de Licitação, quanto a Comissão Setorial de Licitação, para dar início aos trabalhos de avaliação das sugestões que foram oferecidas. Estiveram presentes na audiência pública cerca de sessenta participantes,

entre representantes de Empresas e Órgãos Públicos, conforme a lista de presença anexa. Para constar, nós Ana Célia Costa Piorski e Ana Paula Martins Nogueira da Cruz, servidoras da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento, lavramos a presente Ata que será assinada por nós, pelo Presidente da Mesa Diretora e demais integrantes.

Presidente da Mesa Diretora – Doutor Almir Coêlho Sobrinho

Servidora da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento – Ana Célia Costa Piorski

Servidora da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento – Ana Paula Martins Nogueira da Cruz

Secretário Adjunto da Tecnologia da Informação – Cláudio Fernandes

Doutor Francisco de Salles Baptista – Presidente da Comissão Central Permanente de Licitação

Doutor Eduardo Moura Sekeff – Chefe da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento, em exercício